



# Anais da Assembléia

Nº 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**EDGAR BUENO**  
3º Secretário - PDT

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

**PDT** – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB** – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB** – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caetano Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB** – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB** – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL** – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT** – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Reraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Peto Picha, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Merone, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) -  
Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 201/96, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o Sistema de Proteção à Vida - SIPROV, nos Postos Rodoviários do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.06.96

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 235/96, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres "Odete Ribaroli Gomes de Castro" da Escola Estadual Odete Ribaroli Gomes de Castro, de Maringá.

Sala das Sessões, em 25.06.96

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 187/96, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves, de Maringá.

Sala das Sessões, em 25.06.96

(a) MARQUINHOS ALVES

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 176/96, que altera as divisas do Município de Cafezal do Sul e de Iporã.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) CÉSAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 256/96, relativo à Mensagem nº 58/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 257/96, relativo à Mensagem nº 59/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 258/96, relativo à Mensagem n° 60/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 259/96, relativo à Mensagem n° 61/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 260/96, relativo à Mensagem n° 62/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 470

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 279/96, relativo à Mensagem n° 66/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 47/96, que autoriza o Poder Executivo a criar o curso de Direito na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de

Urgência para o Projeto de Lei n° 98/96, que autoriza o Poder Executivo a isentar as Santas Casas de Misericórdia em 50% do valor das tarifas de água e energia elétrica.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 107/96, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa "Caminhos da Educação", o Bairro Rural Jerusalém, em Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 482

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 142/96, que cria o Polo de Desenvolvimento Econômico da Microrregião do Norte do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 194/96, que determina que nas desocupações de áreas urbanas ou rurais, decorrentes de decisões judiciais, é obrigatória a presença de um representante do ministério público estadual.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

#### REQUERIMENTO N° 473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, conforme disposto no artigo 180 e §§ 4° e 5° do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Nereu Moura, Antonio Annibelli, Antonio Belinati, Carlos Simões e Toti Colaço.

#### REQUERIMENTO N° 429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO N° 472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões do item 12, 1ª Discussão do Projeto de Lei n° 213/96 (Mensagem n° 048/96), de autoria do Poder Executivo, constante da Ordem do Dia da presente sessão (25/06).

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 130, VII, 94 § 6º, 118 § 7º e 123 §§ 4º e 5º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER o envio da proposição supra para às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, a fim de que possam emitir o devido parecer, seguido do encaminhamento ao Plenário para apreciação.

Oportuno ressaltar que dispositivos regimentais devem ser observados por este Poder, posto que nenhuma discussão ou votação de projetos pode ser realizada sem o prévio parecer da Comissão competente (art. 118 § 7º e 123 § 5º), caso contrário a proposição não será objeto de deliberação, posto que anti-regimental (123 § 4º) e inconstitucional (art. 62 da Constituição do Estado do Paraná e 58 da Federal).

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 130, VII, 94 § 6º, 118 § 7º e 123 §§ 4º e 5º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER o envio da proposição supra para as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, a fim de que possam emitir o devido parecer, seguido do encaminhamento ao Plenário para apreciação.

Oportuno ressaltar que dispositivos regimentais devem ser observados por este Poder, posto que nenhuma discussão ou votação de projetos pode ser realizada sem o

prévio parecer da Comissão competente (art. 118 § 7º e 123 § 5º), caso contrário a proposição não será objeto de deliberação, posto que anti-regimental (123 § 4º) e inconstitucional (art. 62 da Constituição do Estado do Paraná e 58 da Federal).

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a convocação do Excelentíssimo Senhor Lubomir Antonio Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, para prestar informações relativas ao Projeto de Lei n° 238/96, a este Parlamento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, em seus Artigos 97 e 98 parágrafos e incisos.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 456

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado no uso de suas atribuições e na Forma Regimental, REQUER ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa de Leis, que seja dada uma oportunidade através da Diretoria da "ALCOPAP" - Associação de Produtores de Alcool e Açúcar do Estado do Paraná, para que os mesmos possam fazer uso da "Tribuna" no Plenário da Assembléia Legislativa para apresentar os problemas que afligem o setor-alcooleiro, no dia 27 de junho, quinta-feira próxima, durante a Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) NEIVO FERALDIN

#### REQUERIMENTO N° 469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER a concessão de espaço no Plenário desta Casa, para que o Senhor Roberval Borges Correa, Diretor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no Paraná, possa expor, ainda neste semestre, aos ilustres parlamentares paranaenses o relatório das atividades desenvolvidas em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A E.B.C.T., em que pesem as dificuldades, demonstrou, nos últimos anos, um avanço significativo na prestação de serviços ao público em geral. O Estado do Paraná, particularmente, destaca-se em todo

País pelo seu trabalho pioneiro no processo de informatização do sistema de atendimento e está entre os poucos considerados rentáveis em todo o território nacional. Portanto é de grande importância e interesse que os representantes do povo conheçam e acompanhem esse trabalho que engrandece a capacidade administrativa e de prestação de serviços públicos, para orgulho de todos os paranaenses.

## REQUERIMENTO N° 430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de São Jorge do Patrocínio, pela passagem de seu aniversário de Emancipação Política a ser comemorado no dia 22 de junho.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Aparecido Faleiros, Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio (R. Mal. Cândido Pondon, 164); aos Vereadores José Avelino da Silva, Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Castilho, vice-Presidente; Elcio Alves Nogueira, Paimundo Amancio Pimenta, João Colóneli, Flíio Someira, Marivaldo Luciano de Lima, José Carlos Caloi e Waldir S. de Melo (Rua D. Manoel s/n) CEP 87555-000.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) NELSON GARCIA

## REQUERIMENTO N° 431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Rotary Club de Ivaiporã, alusivos à reunião festiva de posse de seus Conselhos Diretores para o ano rotário 96/97, a realizar-se no próximo dia 25 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, Senhor Juarez Carneiro de Lima, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rubens Teixeira n° 2.441, CEP: 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação das Senhoras de Rotarianos de Ivaiporã, alusivos à reunião festiva de posse de seus Conselhos Diretores para o ano rotário

96/97, a realizar-se no próximo dia 25 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência à Presidente, Senhora Eleana Rother Gil, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rubens Teixeira n° 2.441, CEP: 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Rotaract Club de Ivaiporã, alusivos à reunião festiva de posse de seus Conselhos Diretores para o ano rotário 96/97, a realizar-se no próximo dia 25 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, Senhor Ubirajara Concatto, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rubens Teixeira n° 2.441, CEP: 86870-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, aos Senhores Membros do Conselho Diretor, Gestão 95/96, do Rotary Internacional da Cidade de Morretes, deste Estado do Paraná, na pessoa do seu Presidente, Senhor Dr. Antonio Franco de Macedo Filho, extensivos a toda Diretoria.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) CÉSAR SELEME

## JUSTIFICATIVA:

O Dr. Antonio Franco de Macedo Filho, juntamente com os demais membros da Diretoria do Rotary Internacional, da Cidade de Morretes, desempenhou um excelente trabalho em prol da comunidade daquele município, em todas as áreas, mais principalmente na de educação.

## REQUERIMENTO N° 442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Mario Roberto Freitas, alusivos à sua posse no cargo de Presidente do Rotary Club de Manoel Ribas, a realizar-se no próximo dia 28 de junho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê

ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Seigipe s/n, CEP: 85260-000, Manoel Ribas - PR.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 448

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, um voto de congratulações à nova Diretoria e Suplentes da Diretoria, Conselho Fiscal e Suplentes e Delegados Representantes e Suplentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Curitiba, eleitos para o quinquênio 1996/2001, que tomou posse em 15/06 do corrente: **Diretoria** - Presidente: Agenor de Oliveira Neto; vice-Presidente: Olívio Antonio Dias; Secretário Geral: Rui Rudi Rupreste; Segundo Secretário: Ismael Lourenço Pereira; Tesoureiro Geral: Luiz Ary Gin; Segundo Tesoureiro: José Margarido Moreira; Diretor de Patrimônio: Antonio de Paula da Silva; Diretor de Relações Sindicais: Manoel Marcelino dos Santos; **Suplentes da Diretoria**: Luiz Sérgio Mendonça, João Carlos dos Santos, Lauro de Oliveira, Aroldo Veiga, Luiz Aparecido B. da Silva, Milton Martins, Alfredo Vieira e Valdemor Pereira da Silva; **Conselho Fiscal** - Efetivos - Arquimino Grassi; Benedito Mota e José Carlos Gama; **Suplentes** - Francisco Adão da Cruz, Adão Antonio Morges e Adolfo Pfaffenzenler; **Delegados Representantes** junto à Federação: Efetivos - Luiz Ary Gin e Agenor de Oliveira Neto; **Suplentes** - José Margarido Moreira e Antonio Pires de Lima.

A nova Diretoria do Conselho Fiscal, Delegados Representantes e seus respectivos suplentes, nossos sinceros cumprimentos pela eleição, augurando-lhes votos de muitas realizações junto a este importante Sindicato. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 453

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Carmem Lúcia e Osmar José Geronasso, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Rodas de Prata. Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamen-

to duradouro e feliz.

A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 454

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor, congratulações e muito aplauso a ilustre artista paranaense Anna Maria Prince Comodo, que através do Museu Alfredo Andersen, da Secretaria de Estado da Cultura, fará exposição de seus últimos trabalhos.

Trata-se de consagrada integrante de nosso mundo cultural, formada pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, com passagens por todo o nosso Brasil. Vitoriosa na arte da colagem, pintura, escultura, em nível tridimensional. Anna Maria Prince Comodo só enriquece a cultura de nossa gente, com seus valiosos trabalhos e sua exposição merece o aplauso desta Casa e o reconhecimento de toda a nossa gente paranaense!

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de congratulações ao Jornal "Folha de Londrina" pelo editorial publicado no dia 23/06/96, sob o título "O fracasso da greve" que coloca com coragem e lucidez uma visão profunda e madura da realidade em que vivemos.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O papel da imprensa sempre foi e sempre será dos mais importantes no processo de desenvolvimento de uma Nação. No entanto, há que se admitir que, muitas vezes, os órgãos de imprensa se vêem pressionados pelo sistema e, até pela sociedade, a posicionamentos tendenciosos, seja pela força de governos, seja pela necessidade de sobrevivência, seja por interesses corporativistas.

No entanto, quando, contra quaisquer correntes adversas, a imprensa se posiciona superior a tendenciosidades excusas, ilibada e responsável, como é exemplo o editorial a que se refere o presente re-

querimento, a sociedade deve aplaudir, para que se possa contar, no futuro, com a imprensa livre, sempre com posições firmes, coerentes e construtivas de um pensamento nacional que interesse a toda a comunidade brasileira e não se perca em crítica fácil e momentânea em detrimento do interesse público da sociedade.

## REQUERIMENTO N° 427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do DER - Luiz Alberto Kuster, solicitando a construção de um trevo rotatório, na Rodovia PR-082, km 14, no acesso à USACIGA - Usina Cidade Gaúcha Açúcar e Alcool, no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pleito, tendo em vista que a referida rotatória irá facilitar o acesso da citada Usina.

É de bom alvitre lembrarmos que a USACIGA, movimenta produtos que são transportados por centenas de caminhões que se utilizam daquele acesso além dos usuários que transitam pela rodovia que de espera seja atendida com esta melhoria, que sendo executada, como sabemos, também estará colaborando com a segurança de nossas estradas.

## REQUERIMENTO N° 436

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER ao Presidente desta Casa de Leis, o envio de um expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a instalação de uma unidade da Delegacia da Mulher no Município de Telêmaco Borba.

De acordo com o Art. 66, inciso IV da Constituição do Estado do Paraná, matérias que versem sobre criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública, são de iniciativa privada do Senhor Governador do Estado, razão porque, encarecemos vosso empenho para um rápido trâmite desta solicitação a fim de que possamos atender os apelos da população feminina daquele próspero município paranaense.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) NEIVO BEFALDIN

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Telêmaco Borba foi criado pela Lei n° 4.738 de 05 de julho de 1963, desmembrado do Território de Tibagi, que compreende a Fazenda Monte Alegre e as terras além do Rio Tibagi, atual sede do

município.

Sua instalação oficial deu-se em 21 de março de 1964, sendo empossado o primeiro Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, o cidadão Péricles Pacheco da Silva.

O município possui uma área de 1.715 km<sup>2</sup> e com uma população estimada este ano, de 71.571 habitantes, sendo 42.942 mulheres e 28.629 homens, distribuídos nas zonas urbana e rural, com um crescimento anual de 1,57% (Censo de 1991- IBGE).

O Município de Telêmaco Borba necessita, urgentemente, de um órgão que possibilite à mulher defender a sua participação, independente e igualitária, numa sociedade em que sofre todo o tipo de violência física e psicológica, em razão dos preconceitos estabelecidos pelo homem.

Assim, há a necessidade de se amparar a população feminina, que se configura como uma força especial e indispensável a todos os atos da vida em comunidade, com um órgão especializado e atuante, como a Delegacia da Mulher, que pelas suas funções institucionais previstas no art. 237 da Constituição Estadual, é especializada no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher, protegendo-a de qualquer tipo de agressão ou discriminação.

## REQUERIMENTO N° 441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Sérgio Roberto Vieira da Motta, Ministro das Telecomunicações.

Verificando que ao longo dos últimos anos, a TELEPAR tem demonstrado que é referência nacional de qualidade e desempenho operacional em telecomunicações, sendo considerada empresa nota 10, pela avaliação dos seus indicadores operacionais, através do Sistema TELEBRÁS.

Este desempenho, para quem analisa com superficialidade o assunto, pode parecer que é fruto apenas de boas ações administrativas das diretorias que se sucederam na condução da TELEPAR. Entretanto, esta análise é totalmente infundada, pois a qualidade e a busca do bom desempenho operacional está diretamente ligada ao grau de profissionalidade e competência do quadro funcional da empresa.

Nestes últimos anos, apesar das incongruências das ações administrativas e falta total de planejamento estratégico, a TELEPAR e o Sistema TELEBRÁS têm se mantido em níveis de bom desempenho ao dobramento e esforços dos seus empregados.

Sabedores que este desempenho satisfatório é resultado do aumento de produtividade que cada ano os seus empregados têm proporcionado, os trabalhadores telefôni-



cos têm reivindicado desde o ano de 1993 o pagamento da produtividade através de acordos coletivos sucessivos, porém sem qualquer pronunciamento e com total desca-so por parte das direções da TELEPAR e da TELEBRÁS.

No final do ano passado, por ocasião da data-base da categoria, após exaustivas negociações e cujo acordo coletivo ainda não foi assinado por intransigência da TELEBRÁS e CCE, o Sr. Fernando Xavier Ferreira, atual Presidente da TELEBRÁS, admitiu a carta CT5230/0096 à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações, datada de 23.01.96 e ratificada pela Diretoria da TELEPAR através da CT12F/96-DRH em 25.01.96, comprometendo-se a representar até o dia 30.04.96 uma proposta para produtividade referente aos anos de 93, 94 e 95.

Por outro lado, até o presente momento, a TELEBRÁS não se pronunciou sobre a produtividade de 1993, 1994 e 1995, mesmo com todo o esforço das entidades sindicais e a mobilização dos trabalhadores telefônicos.

Finalmente, vimos solicitar de Vossa Excelência que atenda os direitos destes trabalhadores.

Dar conhecimento deste ao Sr. Fernando Xavier Ferreira, Presidente da TELEBRÁS e ao Sr. Leônicio Vieira de Rezende Neto, Presidente da TELEPAR.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) DOUTOR FOSINHA

#### REQUERIMENTO N° 449

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do Conjunto Átila, no Município de Pinhais, os quais solicitam a instalação de um telefone público comunitário na sede da Associação dos Moradores e Amigos da Vila Treze de Maio, situada à rua João Cláudio de Melo, n° 37. Temos a informar que em agosto/95 já foi feito o presente pedido, porém recebemos como resposta que na época era inviável o atendimento do mesmo, por falta de facilidades técnicas na Central que atende aquela região. Passados todos esses meses, os moradores solicitam que a TELEPAR analise novamente o pedido e se possível, proceda a instalação do telefone pretendido, uma vez que beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 450

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do Ônibus Eternit, os quais solicitam um abrigo no ponto localizado na rua Humberto Castelo Branco, proximidades do "Material de Construção Coradinho" no Jardim Paulista, Município de Campina Grande do Sul. Se necessário informações complementares, recomendamos a Sra. Jucélia Serafin de Freitas, através do telefone 362-3162.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 451

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de implantar um telefone em frente à Mercearia Aliriani, n° 1085, situada na rua Rio Purus - Jardim Weissópolis, no Município de Pinhais. O pedido está sendo feito pela comunidade, uma vez que o telefone existente nas proximidades fica dentro de uma mercearia, e quando a mesma fecha, as pessoas não têm como telefonar. Como a maioria das pessoas não possuem telefone particular, muitos transtornos são causados a todos e a instalação do telefone solicitado beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 452

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de proceder estudos quanto a implantação de uma linha que circule dentro do Bairro Jardim Cecília - Almirante Tamandaré.

O pedido está sendo feito pelos moradores desse bairro, os quais afirmam que nas proximidades passa a linha Alimentador Cerne e o Jardim Boa Vista I, porém, além da distância, os ônibus não entram no Jardim Cecília e circulam superlotados, causando uma série de transtornos aos usuários.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS



## REQUERIMENTO N° 458

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Secretário em exercício do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão de Ponta Grossa, na rota de Turismo Rural, dentro do MERCOSUL.

Ponta Grossa possui vários pontos turísticos, que podem ser explorados dentro do Turismo Rural, proporcionando assim maior desenvolvimento na área turística, bem como na área econômica, atraindo investimentos para o município.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 459

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes Deni Schwartz e ao Diretor do DER Luiz Alberto Küster, solicitando o início das obras de desaceleração da BR-376, na área de acesso à fábrica da Kaiser, que está sendo construída em Ponta Grossa.

A rodovia BR-376 é federal, mas, é preciso que haja um consenso entre a Kaiser, a prefeitura de Ponta Grossa, a Secretaria dos Transportes e o DER, para que as obras de desaceleração sejam iniciadas antes que a cervejaria comece a produzir.

A Kaiser teme que as carretas carregadas, ao diminuírem a velocidade, acabem provocando acidente na BR que está constantemente movimentada.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Dr. Gabriel Zandonai, cumprimentando-o pela posse do cargo de Juiz Togado do TRT/9ª Região, no dia 21 próximo passado. O juiz Zandonai foi promovido ao cargo de juiz togado, pelo Tribunal Regional do Trabalho, em sua composição plena e por unanimidade de votos, mediante critério de antiguidade. O juiz Gabriel Zandonai é natural de Anta Gorda - RS, tendo-se formado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em 1976. No mesmo ano, fez especialização em Direito do Trabalho, na Unisinos, tem 46 anos de idade. Este Parlamentar e esta Casa se associam aos cumprimentos pela promoção.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

## (a) RENATO ADUR

## REQUERIMENTO N° 476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente aos Presidentes: República, do Senado e da Câmara Federal, bem como aos Senadores paranaenses, além do Ministério da Justiça, para que intercedam junto ao Ministério dos Transportes e ao DNEP para que possa ser viabilizada a construção de uma trincheira na BR-116, pela própria Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande.

A obra que será feita no perímetro urbano da cidade, irá minimizar o número de acidentes que acontecem com frequência.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) GERALDO CARTÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

Hoje na Fazenda Rio Grande, cerca de 70 (setenta) mil pessoas habitam as duas partes que são cortadas pela BR-116. E sendo o município uma "cidade-dormitório" de Curitiba, além da habitual intensidade de tráfego, a cada cinco minutos ônibus de transporte coletivo cortam a BR-116 para chegar ou sair da Fazenda Rio Grande. Devido ao grande número de acidentes, a população vem protestando e ameaçando parar o tráfego naquele local.

Portanto, antes que venha acontecer o não desejado, é que, como representante do município nesta Casa de Leis, asseguramos os recursos para a construção da trincheira nos orçamentos do Estado e da União. Mas, até o momento não há nenhuma resposta no sentido de liberação destes recursos.

Desta forma, o que o Prefeito daquela cidade deseja, é que o Ministério dos Transportes, através do DNER, autorize a Prefeitura a realizar, por conta própria, ainda neste ano de 1996, a obra, obedecendo os critérios técnicos e de segurança, previstos em lei.

## REQUERIMENTO N° 477

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido do senhor Jair Jorge Siegel, morador à Rua Euclides da Cunha, 1602 - Champagnat, o qual solicita em caráter de urgência a limpeza da canalização desta rua, esquina com a Padre Agostinho.

Ocorre que ao chover, sua casa é invadida pela água da mesma e repleta de detritos de esgoto. A situação é realmente

crítica, motivo pelo qual solicitamos providências urgentes. Necessitando-se de maiores informações, estas podem ser obtidas com o senhor Jair, pelo telefone 335-4484.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar a colocação de redutor de velocidade com sinalização vertical e/ou horizontal no trevo da PR-151 (acesso para o centro da cidade de São João do Triunfo).

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A colocação de redutores de velocidade com sinalização vertical e/ou horizontal, servirá para amenizar ou talvez eliminar os acidentes que vêm ocorrendo ultimamente, em número elevado, naquele local.

Devemos destacar ser a PR-151, importante corredor de transporte da Região Sul com o Norte do Estado, e ligação com os grandes centros.

Lideranças políticas e a sociedade representativa da região, estão apreensivas com tal situação, que na verdade tem gerado pânico.

É preciso que se façam estas colocações para justificar claramente este pedido que não é nosso, mas de toda a sociedade produtiva da Região Sul do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar a colocação de redutor de velocidade com sinalização vertical e/ou horizontal na PRT-280, no acesso secundário no perímetro urbano da cidade de Palmas.

Sala das Sessões, em 25.06.96

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Devemos destacar ser a PRT-280 o maior e mais importante corredor de transporte rodoviário do Sudoeste paranaense e parte do Oeste catarinense para os grandes centros do País.

A colocação de redutores de velocidade com sinalização vertical e/ou horizontal no acesso secundário da referida PRT 280, no perímetro urbano da cidade de Palmas,

servirá para amenizar ou certamente eliminar os graves acidentes que vêm ocorrendo ultimamente naquele local.

Todos os segmentos da sociedade da região sudoestina desejam a concretização desse pedido, no sentido de reverter a situação que vem se tornando aflitiva, pois estão sentindo o agravamento do problema.

Temos certeza do acolhimento deste pedido para caminharmos juntos, irmanados com os mesmos propósitos.

#### REQUERIMENTO N° 432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Lubomir Antonio Fincinski Dunin, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando esclarecimentos, relativos ao Projeto de Lei n° 238/96, com relação aos objetivos, aplicações, projetos e destinos da PARANACIDADE, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis, em seu artigo 135 e seus parágrafos.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 280/96  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Santa Cecília, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Paranavaí (Declarada de Utilidade Pública municipal Lei n° 1332/89).

São objetivos desta Associação congregar os moradores dos jardins, Santa Cecília, São Luiz e Vila Prudêncio de Paranavaí, estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os mesmos e representá-los perante as autoridades constituídas.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de Utilidade Públi-

ca.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 281/96  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Pastoral da Criança da Paróquia de São Jorge do Ivaí, Arquidiocese de Maringá, com sede no Município de São Jorge do Ivaí e foro na Comarca de Mandaguáçu.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições contrárias a esta lei.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Criança da Paróquia de São Jorge do Ivaí, da Arquidiocese de Maringá, é uma sociedade civil beneficente, fundada em 09 de junho de 1992, com sede em São Jorge do Ivaí e foro na Comarca de Mandaguáçu, "tem por finalidade o trabalho pela baixa da mortalidade infantil, aumento potencial humano das crianças dos bolsões de pobreza, educação da mulher e promoção da fraternidade cristã, a co-responsabilidade social e a amizade entre famílias, tudo pelo lema "que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância". (Art. 1° de seus Estatutos).

A Pastoral da Criança da Paróquia de São Jorge do Ivaí "não atribuirá lucros, bonificações ou dividendos, sob qualquer forma ou pretexto, a sócios, diretores ou participantes de suas atividades... Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal não serão remunerados" (Art. 4° de seus Estatutos).

PROJETO DE LEI N° 282/96  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterado o Art. 3° da Lei n° 7.567 de 08 de janeiro de 1982, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° - São filiados facultativos da Carteira instituída pela presente Lei, os serventários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos, já inscritos na Carteira de Pensões dos Serventários da Justiça nos termos da Lei n° 4975 de 02 de dezembro de 1964, e voluntários, os que vierem a ser nomeados, nas mesmas condições, após a publicação desta lei.

Parágrafo Único - É facultada a inscrição dos Servidores do Poder Judiciário, remunerados pelos cofres públicos, com idênticos direitos e vantagens dos filiados facultativos e voluntários, desde que atendidas as mesmas obrigações."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) GEPALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, que ora pretendemos aprovar, libera dos notários e registradores uma contribuição previdenciária típica dos funcionários públicos ou gerir fundos de pensão complementar integrado por contribuintes que exercem uma atividade profissional privada.

A Lei Federal n° 8.935 de 18 de novembro de 1994, regulamentadora do Art. 236 da Constituição Federal, introduziu sensíveis alterações na natureza jurídica dos notários e registradores. Estes, que antes do advento da mencionada lei integravam a categoria dos serventários da justiça, e portanto, juridicamente considerados servidores públicos, passaram a partir da vigência do novo texto legal, à categoria dos "agentes delegados do serviço público".

Ora, os notários e registradores, que embora vinculados ao Poder Judiciário, não recebem e nunca receberão pelos cofres públicos, estão agora sujeitos à legislação própria - a Lei Federal n° 8.935.

Os agentes delegados são particulares a quem o Poder Público delega incumbência de realizar as atividades próprias da natureza pública.

Ressalva-se que o citado diploma legal, em seu Art. 40, assim determina: "Art. 40 - Os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados à previdência social de âmbito federal, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.

Parágrafo Único - Ficam assegurados, aos notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares os direitos e vantagens previdenciários adquiridos até a data da publicação desta lei".

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para o presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 283/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual do Paraná, Ensino de 1° e 2° Grau, com sede e foro no Município de

Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem por objetivo geral colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

Também participa na organização de atividades culturais e recreativas, com a finalidade de envolver a comunidade.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 284/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Jardins Campo Belo, Água Verde, Videira, Satélite, Belo Horizonte, Jardim do Sol e Áreas Limítrofes, com sede e foro no Município de Paranavai.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública procura, através de suas atividades, proporcionar melhores condições de vida aos moradores dos Jardins Campo Belo, Satélite, Videira, Água Verde, Belo Horizonte e Pela Vista, da Cidade de Paranavai.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 285/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Casa da Paz de Dois Vizinhos", com sede e foro na Cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

A Casa da Paz de Dois Vizinhos,

Curitiba, terça, em 25.06.96

que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por finalidades principais o bem-estar e o ajustamento social de crianças e adolescentes carentes, através do estímulo ao trabalho artesanal e outras atividades.

Considerando que preenche todos os requisitos da Lei nº 6.994/78, realizando um nobre trabalho há mais de um ano, nada mais justo que o seu reconhecimento como de Utilidade Pública, razão pela qual, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação por esta Casa de Leis da proposição que estamos apresentando.

PROJETO DE LEI Nº 286/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o COMUNORTE - Conselho Comunitário de Moradores da Região Norte de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ANTONIO BELINATTI

**JUSTIFICATIVA:**

O COMUNORTE - Conselho Comunitário de Moradores da Região Norte de Londrina, que ora procura declarar-se de Utilidade Pública, vem demonstrando sua utilidade e bom desempenho de suas funções em benefício da comunidade daquela região, sempre buscando a solução dos problemas da população junto aos órgãos públicos.

Já que preenche todos os requisitos da Lei nº 6.994/78 e realiza tão nobre tarefa com êxito, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual espero poder contar com o apoio dos nobres Senhores Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da proposição ora apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 287/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o JOCOM - Jovens com uma Missão, de Curitiba - PR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.96.

(a) ANTONIO BELINATTI

**JUSTIFICATIVA:**

O JOCOM - Jovens Com Uma Missão, que ora procura se declarar de Utilidade Pública,

blica, vem demonstrando sua utilidade e bom desempenho de suas funções em benefício da comunidade daquela região.

Já que preenche todos os requisitos da Lei nº 6.994/95 e realiza tão nobre tarefa com êxito, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual espero poder contar com o apoio dos nobres Senhores Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da Proposição ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados.

Uso a tribuna para fazer a defesa novamente de uma emenda constitucional, já apresentada pela bancada do Partido dos Trabalhadores, na legislatura passada. Essa emenda constitucional revoga o Parágrafo 5º com o Artigo 95 da Constituição do Estado, que trata dos vencimentos a título de aposentadoria, pensão vitalícia dos governadores do Estado.

Obtivemos informações, que alguns ex-governadores não quiseram usar dessa benesse constitucional colocada no texto na Constituição do Estado do Paraná e se aposentar com os vencimentos de governador.

Nesse momento, Senhores Deputados, que o Brasil discute a modernização, a adaptação à nova realidade, quando falamos de privilégios, quando falamos de benesses públicas, nós, convenientemente, representados, tentaremos reapresentar esta emenda, porque entendemos, que em primeiro lugar, nós tivemos que combater os privilégios, que os próprios políticos se dão, para depois ter moral suficiente para retirar a aposentadoria de trabalhadores rurais, garantias previdenciárias aos funcionários públicos; garantias previdenciárias à empregada doméstica, ao trabalhador mais simples, menos pago do Brasil, pelo menos um benefício previdenciário no final de sua vida.

Temos que ter a hombridade de propor mudança, pelo menos no Estado do Paraná. Porque quando se fala em reforma da previdência, o Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, jamais falou uma palavra contra o Instituto de Previdência dos Congressistas. O Fernando Henrique Cardoso jamais falou do privilégio dos generais. Filha de general, hoje, não casa porque tem pensão vitalícia. O Senhor Presidente da República e o Reinhold Stephanes, Ministro jamais falou contra os privilégios dos parlamentares, do judiciário e dos generais, que ocupam as forças armadas, na Marinha, na

Aeronáutica, porque nesse momento vai enfrentar a ira de quem os elegeu. Nessa hora é problema enfrentar esse privilégio.

Agora, podemos fazer a crítica e apresentar propostas. É isto que nós estamos fazendo. Com essa emenda constitucional, estamos retirando um privilégio dos ex-governadores, que não têm justificativa palpável, diante de uma realidade, de que nós temos, aí, servidores públicos que não conseguem se aposentar, temos trabalhadores que comprovadamente trabalharam 40 anos, 40 anos e não conseguem se aposentar. E as vezes um Governador que ocupou 9, 10 meses o mando do Estado, se aposenta vitaliciamente.

A aposentadoria é um dos grandes tormentos para a maioria dos brasileiros, não é, no entanto para alguns privilegiados como é o caso de alguns Governadores Paranaenses - dos últimos, só Álvaro Dias e Roberto Requião não recebem, segundo informações que temos. Os outros, cada um dos 11 Chefes do Estado do Paraná, recebem mensalmente proventos na Ordem de sete mil e seiscentos reais e um centavo, igual valor recebem as viúvas dos ex-Governadores a título de pensão vitalícia.

Mesmo sem considerar o acúmulo de aposentadoria, isto é, fora proventos advindos como chefe executivo, pode haver outras aposentadorias decorrentes de outras funções públicas. De antemão se percebe que a referida quantia é bem maior que dois mil reais mensais, recebidos por ex-Parlamentares - alguns inclusive na ativa, no Congresso Nacional, por oito anos de contribuição ao Instituto de Previdência dos Congressistas, que tem provocado tanto escândalo na imprensa nacional. No entanto, sete mil reais no Estado do Paraná, não é motivo de nenhuma contestação.

A indignação é justificável, pois como alguém em sã consciência pode admitir que num País de 3º mundo, com grandes "déficits" econômicos, financeiros e enormes carências sociais, possa a sua população ativa, cuja maioria tenta sobreviver com um a quatro salários mínimos, pagar a conta dessa minoria privilegiada.

Além de ser um contraste imenso, com os demais aposentados brasileiros, cuja grande parte recebe em média 125 reais por mês, após a labuta de dezenas de anos em intensas condições, nunca sonhando impossível.

Há que se ter em mente que a idéia da aposentadoria nasceu no século passado, com a finalidade de amparar a velhice, quando a idade e a invalidez não mais permitem a produção para o próprio sustento. Assim, com o objetivo de acabar com privilégios, apresentamos esta Emenda.

Quero salientar que não é a primeira vez que a apresenta, é a segunda vez que a Pancada do Partido dos Trabalhadores a apresenta. Neste sentido, não será novidade ao Legislativo Paranaense extinguir privilégios, pois o mesmo já deu exemplo, na ocasião, em 1987 e mais recentemente em 1990, quando acabou com o FEPPA - Fundo Estadual de Previdência Parlamentar - logo tem moral para moralizar, basta agora esta Legislatura ter essa vontade política.

Portanto, a partir de agora a nossa Pancada está estimulando aos Senhores Parlamentares para que assumam conosco o apoio a essa Emenda Constitucional, acabando com mais esse privilégio no Estado do Paraná, e dizendo ao Brasil que aqui não só criticamos a forma como vem sendo conduzida a Reforma Previdenciária, mas queremos dar bons exemplos para as nossas ações Parlamentares.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Só quero registrar, Senhor Presidente, com muita alegria, a presença aqui hoje do Vereador Almir, de Lindoeste, acompanhado pelo Padre Paulo, Padre pároco lá da igreja de Lindoeste.

Cumprimentar também o nosso Candidato a Prefeito da Cidade de Bom Sucesso do Sul, Senhor Alexandre, acompanhado pelo Vereador Clóvis, pelo Professor Machado e pelo Vereador Henrique Piroletto.

A presença desses companheiros muito nos honra na tarde de hoje, Senhor Presidente.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrada a presença dos visitantes.

Palavra com o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa legislação brasileira, em várias áreas, poderíamos dizer que ela é muito boa, ou garante uma série de direitos, que depois na prática não são garantidos.

Quando pegarmos a Constituição Brasileira, no seu Artigo 5º, que diz que "Todos são iguais perante a Lei", sem nenhuma distinção. E outros artigos como o 226, que garante a família, a base da sociedade, têm especial proteção do Estado.

São dois artigos que acabam somando com Legislação Complementar, garantindo o

direito da população pobre, carente de nosso Estado, a ter o registro de nascimento de seus filhos, ou o atestado de óbito ou casamento garantido gratuitamente nos cartórios civis do nosso País.

Ocorre que isto está na Lei, mas no momento em que um pobre procura um cartório para registrar seu filho, encontra lá uma barreira, pois a maioria dos donos de cartórios da nossa cidade têm-se colocado contra o atendimento a essa pessoa.

Coloca-se contra a Legislação que lhe garante esses direitos, como é garantido através do Artigo 67, e Artigo 50 da Lei de Registros Públicos Lei 6015/73. Somado e acrescido a outras Leis, como a nº 9053/95, e o Artigo 12 da Lei 8935/94, garante esse direito à população.

No entanto, quando algum dono de cartório, passa a cumprir a Lei, encontra resistência entre os demais cartorários ou até mesmo da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná.

O Jornal dos Serventuários traz um Artigo chamado "E a ética onde fica" - assinada por oficiais do 1º, 2º, 3º e 4º Ofício de Registro Civil da Comarca de Curitiba, colocando-se contrária a Sra. Patrícia Lazarotto do Cartório Distrital de Uberaba, porque numa entrevista ela defendeu o cumprimento da Lei e têm cumprido a Lei em seu cartório, quando lá os pobres a procuram para registrar os seus filhos ou para atestado de óbito. E a Lei garante a qualquer cidadão procurar o Cartório que desejar para registrar o seu filho.

No entanto, a Corregedoria do nosso Estado, quer limitar por área geográfica o atendimento da população carente, porque aí como tem um cartorário fazendo o registro civil gratuito para os pobres, a população de outras regiões da Cidade de Curitiba se dirige até Uberaba.

A Lei nº 6015/73, em seu artigo 50, diz o seguinte: "Que todo o nascimento que ocorrer no território nacional deve ser dado o registro no lugar que tiver ocorrido o parto dentro do prazo de quinze dias, ampliando para três meses para os lugares distantes, e mais de 15 Km da sede do cartório."

Mas, no entanto, em um dos seus artigos estabelece que o registro de casamento pode ser feito no endereço de um dos que vão casar. No entanto, o Corregedor Geral da Justiça Sidney D. Zappa, diz que não, que têm que ser estabelecido a área geográfica.

É triste ver que quando alguém cumpre a Legislação Federal que garante o direito do registro do seu filho no atestado de óbito ou de casamento, encontra impedimento partindo pela sua corporação ou até mesmo com apoio da Corregedoria Geral de



Justiça do nosso Estado. Isto não pode continuar. Sabemos que, inclusive a Igreja Católica, os Padres que sempre exigiram o registro civil para poder fazer o registro de casamento na Igreja, devido os altos preços do casamento civil, os Padres do interior e das periferias das cidades grandes têm feito os casamentos gratuitamente sem a exigência do casamento no civil, uma vez que as pessoas não estão conseguindo viabilizar isto. O mínimo caminho para legalizar tem sido novamente a Igreja que foi a primeira a registrar as pessoas na história da humanidade.

Temos por mais de uma vez defendido que, cartório é concessão, então tem que cumprir a lei e, não cumprindo, nós temos defendido mesmo nos casos que cumprem, que os cartórios deve ser de caráter público, de caráter estatal e não fonte de lucros de alguns senhores que, no caso que eu estou citando, explorando aqueles pobres que não têm dinheiro para pagar o registro de nascimento do seu filho ou atestado de óbito de algum ente da família.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde de hoje é comunicar aos Srs. Deputados, já com a devida autorização desta Casa através de seu Presidente, queremos propor na tarde de hoje a vinda do Presidente da Kaiser nesta Casa no próximo dia 02 de julho. Estaremos em pleno recesso, mas segundo informações do Presidente haverá uma convocação do Governador e, para isto nós estamos solicitando a permissão desta Casa para que o Vice-Presidente da Kaiser use do Grande Expediente para explicar aos Deputados os motivos que fazem a Kaiser em Ponta Grossa diminuir os ritmos da construção e demorar um pouco mais para a inauguração daquela grande empresa.

E para isto então, Senhor Presidente, pois queremos o apoio dos Senhores, que, no próximo dia 02 nós possamos todos juntos indagar, quais os motivos e, se nós como Deputados podemos fazer alguma coisa para que haja algumas mudanças na lei e, desta forma a Kaiser inicie a rápida inauguração em Ponta Grossa, porque as obras já estão bastante adiantadas já na fase complementar, e, tenho certeza que será uma fábrica a mais na nossa cidade.

Também gostaria de cumprimentar o nosso Presidente Anibal Khury, aproveitar a ocasião que o mesmo retorna a esta Casa, quando os jornais do Paraná, a imprensa do Paraná cumprimenta o nosso Presidente desta Casa que, por duas vezes, em poucos meses assumiu os destinos do Estado do Paraná. E, como disse o próprio Presidente foi a administração muito alegre, e uma administração que nos deu satisfação de

voltarmos ao Palácio Iguaçu. Para registrar que, nos dois mandatos do nosso Presidente, estivemos quatro vezes no Palácio, batemos o recorde neste período que fomos Deputados aqui nesta Assembléia.

Portanto gostaria de registrar os cumprimentos ao nosso Presidente e, dizer que é uma pena que o nosso presidente não permaneça no Palácio Iguaçu. Quem sabe a gente poderia, pelo menos, ao chegar ao Palácio, poder adentrar até onde está o governador, conversar tranquilamente com ele, trocar idéias, sentar ao seu lado e levar os problemas que cada Deputado tem em sua região, como nós fazemos nesta Casa. Queria cumprimentar o nosso presidente e que realmente nesse período em que ele esteve à frente do Executivo do Paraná, eu me senti realizado. Pelo menos no Palácio eu pude ir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente. Não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

O PT está com a palavra. Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso hoje o horário da liderança do PT para tecer algumas considerações sobre a crise porque passa a Universidade paranaense, principalmente à luz do projeto que foi encaminhado e será votado na sessão de hoje, que diz respeito à prestação de serviços por parte da comunidade acadêmica da Universidade do Paraná.

A Universidade paranaense está morrendo e para mim, a morte da universidade significa a morte da inteligência. Lecionei 18 anos da Universidade de Ponta Grossa e fui licenciado para exercer a função de Deputado e pude perceber durante esse tempo, jovens de enormes talentos, que colocaram suas vidas a serviço do desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia, da Cultura, das Artes se vêem impedidos de desenvolver o seu ideal, devido ao baixíssimo salário profissional que recebem no final do mês. Pessoas do mais alto talento e criatividade que são obrigados a percorrer o Paraná, prestando serviços, dando aulas de especialização, faltando o mais importante, que é o tempo para estudar.

Não se pode desenvolver a inteligência de um país, se a universidade não for lugar de livre pensar, desinteressado e autônomo. Os intelectuais, os cientistas têm que ter a liberdade de pensar. Para isso têm que ter tempo. Eles precisam receber um salário digno que lhes permita fluir os bens culturais que necessitam para o de-

servolvimento das suas potencialidades e a universidade está sendo aniquilada. Um doutor que demora décadas de formação, ganhando mil ou mil e quinhentos reais por mês, quase no final de carreira, não tendo as mínimas condições de viajar, de comprar livros e de fluir os bens de que necessita.

O governo está asfixiando a universidade paranaense não só em função dos baixíssimos salários de professor e servidores, mas também porque nem os recursos básicos para manutenção e custeio está repassando, nem os recursos que aprovamos no orçamento nesta Casa, a cada ano. Parece-me que é intenção clara do governo, na medida em que asfixia a universidade, provocar e gerar uma ideologia da volta do ensino pago.

Infelizmente têm notícias nesta Casa que já se pensa em apresentar um projeto, instituindo as mensalidades escolares nas universidades paranaenses, e o pior é que a própria comunidade acaba recebendo bem, porque está asfixiada. É o chamado realismo neoliberal, onde se incute na consciência das pessoas que não existe alternativa, que o Estado por ter carência de recursos, não pode financiar mais os serviços públicos e isso passa a ser tido como verdade, porque uma mentira, repetida muitas vezes, como já dizia o líder fascista, ela passa a ser verdade.

Então, como a ideologia neoliberal está em todos os canais de televisão, em todos os rádios e jornais, o tempo todo, massacrando a consciência de cada um de nós, a própria comunidade acaba entendendo que o Estado está realmente falido, que não tem recursos e que não há outra alternativa cabível, a não ser a volta do ensino pago e a privatização das universidades.

Na verdade, esse projeto que vem hoje de prestação de serviços, é também uma forma de destruir a universidade, porque há duas formas de destruir a inteligência e não sei qual delas é mais triste e trágica. Uma é simplesmente o aniquilamento, a asfixia da instituição. A outra é submeter a inteligência aos interesses mesquinhos do mercado e das empresas particulares de curto prazo imediato. Essa outra forma de destruir é submeter a inteligência a estes interesses e nós só podemos construir um País, um Estado autônomo quando também os nossos intelectuais tiverem autonomia para pensar, para produzir, saber desinteressado, que esteja desvinculado dos objetivos imediatos do lucro mas que esteja vinculado, isso sim, aos interesses coletivos, aos interesses sociais de longo prazo para que o País possa produzir uma tecnologia nova, uma ciência nova, um saber alternativo para que nós pos-

samos encontrar um mundo para nós mesmos, um caminho diferente para nós de acordo com a nossa realidade, os nossos problemas.

O que acontece neste momento então, em que nós vamos votar a regulamentação da prestação de serviços. De repente a única saída a que professores e funcionários acabam chegando é prestar serviços para a empresa privada, para conseguir uma complementação do seu salário para permanecer na instituição. Isso é uma coisa absurda, vai colocar uma diferenciação social dentro das instituições na medida em que aqueles intelectuais, professores, artistas que se dedicam a um saber que não tem vínculo imediato com os interesses de mercado, estes vão continuar com os seus salários arrojados, aqueles que se preocupam com a marginalidade, com a exclusão social, em propor alternativas para as favelas, com saneamento básico, com as questões sociais, esses não vão ter como buscar recursos no mercado porque ao mercado não interessa este setor da sociedade. E aqueles professores de outra parte que poderão através dos seus laboratórios prestar serviços imediatos à empresa, que tem interesses no serviço imediato, estes vão inclusive utilizar os recursos públicos atuais da Universidade e vão conseguir transformar melhor.

A que situação chegamos diante da crise que o Governo irresponsavelmente coloca à Universidade paranaense. Conversando com os professores nós acabamos acatando a idéia da maioria de que a universidade infelizmente já está fazendo isso e de que o Tribunal de Contas está prejudicando instituições importantes como o Hospital da Universidade de Londrina em função destas argumentações. Apesar de sermos filosoficamente contra este projeto, nós acabamos em nome da Comissão de Educação apresentando uma emenda ao projeto que tenta resgatar a autonomia das Universidades paranaenses onde não se estabelece regras, são os Conselhos das Universidades, Conselhos Superiores, é que vão estabelecer o que fazer com estes recursos arrecadados na prestação de serviços e nós esperamos que sabiamente estes Conselhos refletindo a síntese da Universidade, utilizem estes recursos para preparar bolsas de incentivo à extensão universitária e à pesquisa para que possamos então tentar sobreviver mais um pouco nesta grave crise, nesta aguda crise que o Governo Jaime Lerner irresponsavelmente coloca a Universidade pública paranaense.

Muito Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra PTB, PSDB, PDT, PFL, PPB,

PMDB.

(Todos declinam).

Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não posso aceitar as afirmações colocadas na Tribuna pelo Deputado Péricles Mello, quando fala que o Governo do Paraná está sucateando, está acabando com as Universidades.

Ora, se há um Governo que tem política voltada para as Universidades, é o Governo Jaime Lerner. E a prova existe quando nós aqui nesta Casa estamos discutindo a regulamentação do artigo 205, e estamos trazendo à apreciação desta Casa o Projeto de Lei que proporciona os Convênios entre as Universidades para a terceirização além de toda uma política existente em cima das Universidades.

Não pode o Deputado Péricles, quando sabe que faz ele, parte de uma comissão, que já foi recebido em Palácio em várias ocasiões, chegar aqui nesta Casa e dizer que o Governo Jaime Lerner é irresponsável. Talvez, irresponsáveis são aqueles que demagogicamente se utilizam de um projeto, de um estudo, de uma análise, de um programa que vem beneficiar o Estado do Paraná, especialmente na questão da modernidade. Lamento profundamente que não tenha tido a devida ética, o devido respeito, o Deputado Péricles.

Venho à Tribuna para dizer que ontem o Departamento de Estradas de Rodagem, a Secretaria de Transporte do Estado do Paraná, assinou convênios para liberação de verbas para 25 municípios paranaenses para serviços de terraplanagem, pavimentação asfáltica de estradas rurais. Este convênio faz parte do Programa "Caminhos para a Educação".

São mil quilômetros de estradas utilizadas principalmente para transporte de escolares, escoamento da safra agrícola e nesta fase serão investidos 15 milhões e setecentos mil reais, para que estão sendo solicitados inclusive benefícios a 35 outros municípios também, no total de 427 Km, cujas obras iniciam no mês de agosto.

O Programa tem duas peculiaridades. A primeira que o custo médio varia entre 40 mil e 50 mil reais, bem abaixo do custo tradicional de obras deste porte e a segunda, é a diferença que as estradas rurais têm um padrão diferente, medem 3m e 60 cm de largura cada, com acostamento de 1 metro e 40 cm. São obras importantes que o Estado faz, já tem uma 3ª etapa que vai beneficiar na sequência, outros 35 municípios.

Agora há pouco, no Palácio do Governo, com a presença de inúmeros Prefeitos do

Paraná, nós tivemos também, o estado repassando o total de 21 milhões a 500 entidades assistenciais.

O Governador Jaime Lerner, a Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família. Fani Lerner, assinaram hoje o repasse, convênio no valor de 21 milhões, que irão beneficiar 500 entidades em todo o Estado. E os recursos vão atender crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiências, famílias carentes, trabalhadores rurais volantes e também programa de geração de renda. O repasse foi feito também agora à tarde.

O convênio é um dos maiores já efetuados pelo Governo do Estado para a área social. E os recursos são oriundos do Tesouro Estadual, Ministério da Previdência e Assistência Social. Este repasse de recurso prevê ainda a implantação de Programas de Prevenção às Crianças e Adolescentes, bem como, apoio às famílias através de diferentes serviços, assistências e acesso a novas oportunidades. A política de assistência social prevê ainda o estímulo a alternativas de acesso a Renda, Investimentos Econômicos e Sociais em grupos populares para iniciativa, que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para a melhoria da qualidade de vida.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Venho também à tribuna para dizer que ontem o MEC e o Governo do Estado repassaram às Prefeituras do Paraná, um total de 122 convênios de recursos beneficiando as Escolas de 1º Grau do Estado, também.

E, venho à tribuna para trazer uma preocupação muito embora não fosse exatamente esta Casa, o Fórum para essa discussão, mais precisamente, a Câmara Municipal de Curitiba.

Todos puderam observar nos jornais de ontem, nos programas de televisão, de rádios, os acontecimentos lamentáveis que marcaram o final de semana, em relação a parte esportiva no Estado do Paraná, mais propriamente na Capital do Estado.

Lamentavelmente, 41 ônibus do Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba, foram depredados por vândalos, por elementos pertencentes a torcidas organizadas. Duas pessoas, uma delas em estado gravíssimo na Unidade de Terapia Intensiva, em consequência de duas explosões de bombas caseiras. Tudo isso aí nos preocupa, quando hoje ainda, tomamos conhecimento, de que a próxima rodada do campeonato paranaense marca, que a princípio marcava um jogo para sábado à tarde e outro para domingo, na última hora, acabaram jogando a rodada toda para o próximo domingo.

Ora, se com um jogo apenas tivemos todos esses estragos, todas as consequências

lamentáveis, imaginem os Senhores, duas partidas no mesmo horário, e as torcidas no final se encontrando, a baderna que vai virar a nossa cidade. Por esta razão, estou oficiando ao Presidente da Federação Paranaense de Futebol, ao Presidente do Coritiba Futebol Clube, empresário Joel Malucelli, ao Prefeito de Curitiba Rafael Greca de Macedo, a URBS (Gerenciadora de Transporte Coletivo), à Câmara Municipal de Curitiba, através de seu Presidente Vereador Iris Simões, no sentido de que não permitam que isso aconteça.

Além do que, um outro agravante, não há policiamento suficiente para isso, Deputado Luiz Carlos Alborghetti. O policiamento da capital tem para um final de semana, um número aproximadamente de 500 policiais. Para um clássico da envergadura de Paraná e Atlético, marcado para domingo, no Pinheirão, vai utilizar aproximadamente 250 policiais, se tivermos outro jogo do Coritiba contra o União, no mesmo horário, vai utilizar pelo menos 150 policiais. Só aí, já temos um contingente de 400 a 450 policiais.

E o restante da população da cidade, num domingo quando o índice da criminalidade é maior, onde as festas acontecem, onde os fogos da suburbana e da várzea acontecem, onde é que está o restante, aonde é que vamos encontrar o restante do policiamento?

Por esta razão, peço também aos Senhores Parlamentares que se somem nessa luta, nessa batalha, no sentido de sensibilizar aos dirigentes do Futebol do Paraná, Presidente da Federação, Prefeito de Curitiba, no sentido de que nós não tenhamos jogos simultâneos, no domingo. Que permaneça o jogo do Coritiba contra o União no sábado à tarde, e Atlético e Paraná marcado para domingo, no sentido de evitarmos que tenhamos aí tragédia maior do que nós verificamos neste final de semana.

Há duas pessoas e um jovem de 17 anos de idade, que teve uma bomba explodida próximo de si, está no hospital. Há um outro mecânico que estava no terminal de transporte da Fazendinha, se preparando para ir para casa com a família e recebeu esta bomba, explodindo próximo de si, também, que lhe causou seriíssimos problemas e que conseqüentemente está na UTI do Hospital Cajuru.

Por esta razão, nós estamos tomando as devidas providências, no sentido de sensibilizar as autoridades ligadas ao esporte para que não efetuem esta rodada simultânea, no próximo domingo.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário do expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Toti Colaço, Carlos Simões, Antonio Annibelli e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/96, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que extingue e cria na estrutura do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado, os cargos que especifica e dá outras providências. SEM PAPECESES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 67, de 22.05.96 - Ofício).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando envio do Projeto de Lei nº 198/96 às Comissões Técnicas desta Casa para parecer. Retirado pelo autor.

Conseqüentemente enviado à Comissão de Finanças o referido projeto.

### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/96, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 057/96, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.739.170,00 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais), visando dar cobertura orçamentária às obras do Projeto Adequação de Estradas Municipais - Paraná Rural - BIRD - DER. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 85, de 12.06.96 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 251/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 057/96) tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.739.170,00 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais), visando dar cobertura orçamentária às obras do Projeto Adequação de Estradas Municipais - Paraná Rural - BIRD - DER.

Servirá como recurso para cobertura do crédito de igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBFA - Presidente  
VALDIR POSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 251/96

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.739.170,00, visando dar cobertura orçamentária às obras do Projeto Adequação de Estradas Municipais - Paraná Rural - BIRD - DER.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, nesta Comissão de Finanças, chamada a opinar, não encontrou nenhum óbice para a aprovação da matéria.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.96.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente  
EDNO GUIMARÃES - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 250/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 056/96, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.450.642,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 85, de 12.06.96 - Mensagem).

tos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 85, de 12.06.96 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 250/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 056/96) tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.450.642,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, conforme especifica.

Servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação conforme Anexos II e IV desta lei.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBFA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 250/96

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.450.642,00, ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER, entidade vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, conforme especifica.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, nesta Comissão de Finanças, chamada a opinar, não encontrou nenhum óbice para a aprovação da matéria.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUILIO GENARI - Relator

Em votação:

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, vou votar favoravelmente a este projeto. Só quero deixar aqui

registrado a minha discordância em relação ao cancelamento da rubrica orçamentária, que previa a pavimentação asfáltica ligando o Município de Chopinzinho a Coronel Vivida.

Trata-se, Senhor Presidente, de uma obra projetada, já há muitos anos, que fazia corriqueiramente o trajeto de ligação do Sudoeste do Paraná com o resto do Paraná. E lamentamos, profundamente, que essa obra esteja sendo cancelada, agora, para atender a suplementação orçamentária da Secretaria de Estado dos Transportes. Fica, aqui, a minha manifestação de descontentamento pelo cancelamento do asfalto ligando Chopinzinho a Coronel Vivida, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -  
Aprovado.

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/96 que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - recursos sob supervisão da SEPL, visando atender ao repasse de recursos aos municípios para instalação de complexos industriais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 85 de 12.06.96 - Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 248/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 54/96), tem por objetivo aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEPL, visando atender ao repasse de recursos aos municípios para instalação de complexos industriais.

Servirá como recurso para cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 248/96

P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEPL, visando atender ao repasse de recursos aos municípios para instalação de complexos industriais.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, nesta Comissão de Finanças, chamada a opinar, não encontrou nenhum óbice para a aprovação da matéria.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DOUTOR ROSINHA - Relator

#### Em votação:

Para encaminhar, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto de Lei nº 248/96, na verdade, esta mensagem oriunda o Poder Executivo, esta mensagem convertida em projeto de lei, ele aprova a abertura de um crédito suplementar no valor de quinze milhões de reais, para que a Secretaria de Estado do Planejamento repasse recursos aos municípios, para a instalação de complexos industriais.

Aparentemente, se trata, aqui, de um feito extraordinário para que os municípios paranaenses, especialmente, os pequenos e médios municípios, que querem desenvolver programas de apoio a pequenas e micro empresas, as empresas vinculadas à produção do nosso campo. Mas não é nada disso Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que trata da abertura desses quinze milhões de reais, é a transferência do dinheiro para que o Município de São José dos Pinhais possa comprar a área aonde vai ser instalada a fábrica, que vai ser, se Deus quiser, aliás, a Renault.

Então, saibam os Senhores Deputados, que estão votando esta matéria, esses quinze milhões são uma forma de burlar a lei, que proíbe a doação de área para empresas privadas. Saibam os Senhores, que com este ato, aqui, a Assembléia obviamente, até porque está mascarado, está dando cheque, que vai ser assinado pelo governo, que está preenchendo o cheque, para transferir o dinheiro para os proprietários das áreas, que estão sendo desapropriadas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,



o que estão votando, aqui, nesta tarde, é o dinheiro, Deputado Edno Guimarães, que podia muito bem estar ajudando ao parque fabril, a indústria têxtil, lá em Cianorte, mas que está sendo doado para esta empresa estatal francesa, com a promessa que, um dia, quem sabe, ainda ela vai se instalar, aqui, no Paraná. Até porque me parece que a Renault está com problemas. Está desativando a sua participação, inclusive, nos campeonatos mundiais da Fórmula 1. Queira Deus, que embora esta Casa não tenha conhecimento do protocolo que foi assinado, entre o governo do Paraná e a indústria automobilística. Nós, até hoje, não sabemos absolutamente nada sobre as condições, senão aquelas que lemos nos jornais e que, claro, foram distribuídos em "release" pela Secretaria da Comunicação Social do Palácio do Governo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria encaminhar contrariamente à constitucionalidade, porque esta matéria fere dispositivo da Lei nº 8.666 de 93, que proíbe terminantemente a doação de recursos ou imóveis públicos para empresas privadas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação. Aprovado o Projeto de Lei nº 248/96.

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/96 que dispõe que as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná (IFS), ficam autorizadas a prestar serviços e ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades, a servidores de seus quadros, a título de pro-labore. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. Nº 70 de 27.05.96, Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 213/96

##### P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 48/96), dispõe que as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná (IFS) ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades a servidores de seus quadros, a título de pro-labore.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorá-

vel, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 213/96

##### P A R E C E R:

A presente proposição, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor que as Instituições de ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado do Paraná (IFS), ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita arrecadada com essas atividades, a servidores de seus quadros, a título de pro-labore.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, nesta Comissão de Finanças, chamada a opinar, não encontrou nenhum óbice para a aprovação da matéria.

Sendo assim nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Presidente, o item 12, qual é a autoria do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - De autoria do Deputado Algaci Túlio e mais os outros que abonaram o requerimento.

O SR. DR. ROSINHA - Gostaria de ouvir, antes de poder votar o requerimento, a justificativa do autor, para adiar tal matéria por tão longo tempo, porque aí só iremos discuti-lo no segundo semestre.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, a retirada do projeto da Ordem do Dia é até um entendimento com a própria Bancada do PT. E parece que hoje não há uma sintonia entre a Bancada do PT, mas esclareço.

Nós fizemos um acordo de cavalheiros aqui, na semana passada, de que a votação desse projeto seria após uma audiência com o Governador do Estado, juntamente com a questão do Projeto 205 que referi-me há minutos atrás na Assembléia.

Então, o projeto que está sendo retirado, não quer dizer que corresponda de que ele fique por 10 sessões, ele voltará ainda, possivelmente dentro deste período

legislativo, dentro desse 1º semestre.

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Concorde com o Deputado Algaci, porque houve um acordo com ele, nós vamos fazer uma audiência com o Governador sobre a questão 205. E já aproveitamos e aprofundamos mais o debate.

Essa foi uma posição inclusive na tribuna sobre o artigo 205. Então, acho que nós concordamos, conversamos agora com os nossos companheiros, Deputados do PT, que esse projeto saia por algumas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - **Aprovado o requerimento**, e conseqüentemente retirado o Projeto de Lei nº 213/96 com o acordo das Lideranças.

ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 10

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/96, de autoria do Deputado Elío Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Tacredo Neves, com sede e foro em Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 09

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 193/96, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública a Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal - APOFILAB, com sede e foro no Município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 08

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 179/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual James Patrick Clark, com sede e foro em Terra Rica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 07

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Piraí do Sul - ADEPI, com sede e foro no

Município de Piraí do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/95, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostromatizados do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Padre Roberto Ceconello. Com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/96, de autoria dos Deputados Nelson Tureck e Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Artagão de Mattos Leão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/96, de autoria do Deputado Durval Amaral, que determina que seja fixado em local visível nos postos de gasolina os preços cobrados pelos combustíveis e a obrigatoriedade de fornecimento de gasolina comum. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EMENDA DA C.C.J..**

Aprovada a Emenda e conseqüentemente incorporada no bojo do Projeto e **Aprovado o Projeto.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 210/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/96, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 23.037.150,00 (vinte e três milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER visando possibilitar a execução de obras no Programa Estradas Rurais - Caminhos da Educação. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. **EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

**Em votação.**

Para encaminhar a votação o ilustre Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Senhores Deputados, nós já votamos na 1.<sup>a</sup> votação nesta sessão.

Queria alertar a Bancada Municipalista, a Mensagem 251 principalmente, ela vem retirar recursos dos municípios paranaenses, principalmente os municípios que temos até uma certa vizinhança.

Alertaria o próprio Deputado João Tychy. Prudentópolis, nesse projeto de lei, está perdendo recursos numa obra de readequação de estrada muito importante para Prudentópolis, e está se retirando recursos com o Projeto n° 251/96. Vai ser votado na 2.<sup>a</sup> votação.

E têm outros parlamentares da área municipalista que já foi alertado pelo Deputado Nereu Moura, que na 1.<sup>a</sup> votação foi votado a sua Constitucionalidade, porém, na 2.<sup>a</sup> é importante ficarem atentos. Nesta Mensagem n° 045/96, Senhor Presidente, quero mais uma vez registrar o meu voto contrário, quero que fique registrado nos Anais da Casa, tendo em vista, que retira recursos de uma estrada, de um asfalto, previsto no orçamento, que é exatamente caminhos da educação ligando Irati até o Distrito do Itaparã, dentro do Município de Irati. Já na Sessão passada denunciei este fato, e mais uma vez aqui, gostaria que fosse votado contrariamente esta Mensagem, tendo em vista que é impossível que o rolo compressor está estabelecido, quero que de minha parte, Vossa Excelência registre o meu voto contrário, porque retira recursos da minha querida Irati num asfalto, previsto pelo próprio Governo para ser executado neste ano. E está sendo executado inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Senhores Deputados que aprovam. **Aprovado.** Com voto contrário do Deputado Toti Colaço. Emenda com parecer contrário - Senhores Deputados que aprovam. **REJEITADA** a Emenda, conseqüentemente **aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/95 de autoria do Deputado Edno Guimarães que dispõe sobre a padronização de cores dos ônibus escolares no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. **EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento n° 429, de auto-

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 458, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 448, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 427, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 430, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 431, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 460, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 462 a 466 e 470 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O Ilustre Deputado marca o dia solicitado, bem como as pessoas que virão nesse credenciamento.

Requerimento n° 476, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 432 e 433, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa irá proceder a verificação de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Chamada Nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Chamada Nominal requerida, solicito ao Sr. 1° Secretário a fazê-la.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Suspensa a chamada nominal e a aquiescên-

rança do seu partido com a Liderança do Governo e do PT retirados os requerimentos do acordo feito que o Secretário virá no próximo dia dez.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o que está se anunciando na Mesa?

Senhor Presidente, com relação a PARANACIDADE, acho que se perde o objetivo do pedido de informação do Deputado Romanelli, porque o Secretário esteve pela manhã na Casa. Pensando que o Deputado tivesse retirado já encerraria a questão. E até mesmo o pedido de convocação também não tem sentido mais. Pois, o Secretário esteve na Casa convidado pela Liderança do Governo, dialogou com os Senhores Parlamentares e, num entendimento havido pela manhã com o Presidente Deputado Anibal Khury nós retiramos o projeto da Ordem do Dia para que ele receba um estudo, um substitutivo mais amplo para poder melhorar o nosso projeto. Houve este entendimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, solicitei a retirada dos requerimentos justamente com vistas ao acordo que o Deputado Algaci Túlio propôs hoje de, se suspender na verdade, até que se possa esclarecer todas as questões que causam dúvida nesta Casa à tramitação do projeto. Na verdade o meu requerimento se baseia no art. 135 do Regimento e, por isto que o requerimento pode ser retirado ou acordado pelo Deputado Algaci Túlio.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente justificado e retirado.

Requerimento n° 441, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 417, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, houve um entendimento e o Deputado Péricles Mello já recebeu as informações necessárias.

O SP. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Houve acordo e conseqüentemente, foi retirado.

Requerimentos n°s 434, 435 e 442, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 436, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legisla-

tiva.

Requerimentos n°s 437 e 447, de autoria do Senhor Deputado César Selene, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 443 a 445, de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 449 a 454 e 477, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 456, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Autorizado.**

Requerimento n° 459, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 479 a 483, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 484 e 485, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 486, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 057, 484 e 509/95; 022, 179, 193, 214, 223, 248, 250 e 251/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 138, 176, 185, 274, 275, 276 e 277/96. e dos Projetos de Resolução n°s 006 e 007/96.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assem-

bléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Emerson Nerone, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti, Basílio Zarusso, Antonio Annibelli, Valdir Rossoni, Walmor Trentini, Albanor Gomes, José Tavares e Geraldo Cartário, Augustinho Zucchi e os Deputados Algaci Túlio e Toti Colaço. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 195/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 238/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 053/96. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Emerson Nerone; 03) Projeto de Lei n° 237/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 052/96. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Emerson Nerone; 04) Projeto de Lei n° 149/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 039/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni às emendas de números 03 e 04 e CONTRÁRIO às emendas de números 01, 02, 05, 06 e 07 - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Emerson Nerone; 05) Projeto de Lei n° 236/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 049/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 282/95 do Poder Executivo - Mensagem n° 046/95. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus às emendas de números 03 e 04 e CONTRÁRIO às emendas de números 01 e 02 - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 239/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 051/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado José Tavares e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, Luiz Claudio Roma-

nelli, César Seleme, Emerson Nerone, Walmor Trentini, Basílio Zarusso, Orlando Pessuti, Irondi Pugliesi e José Maria Ferreira e mais o Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se ao expediente: 01) Ofício n° 684/96 do Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 237/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 052/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 238/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 053/96. Atendendo decisão do Plenário, o Senhor Presidente decide transferir a votação do presente projeto para a próxima reunião. 03) Projeto de Lei n° 210/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 045/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 211/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 046/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 05) Projeto de Lei n° 241/96 dos Deputados Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Joel Coimbra e Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO, com voto contrário do Deputado Emerson Nerone; 06) Projeto de Lei n° 133/96 do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - REJEITADO por 8 x 1 votos; 07) Projeto de Lei n° 176/96 do Deputado Anibal Khury. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 08) Projeto de Lei n° 203/96 do Deputado Renato Adur. Com parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 128/96 do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nelson Justus; 10) Projeto de Lei n° 129/96 do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nelson Justus; 11) Projeto de Lei n° 103/96 do Deputado Luiz Accorsi. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Luiz Claudio Romanelli; 12) Projeto de Lei n° 141/96 do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zarusso - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 156/96 do Deputado Nelson Garcia. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Emerson Nerone e Walmor Trentini; 14) Projeto de Lei n° 424/95 do Deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Walmor Trentini; 15) Projeto de Lei n° 180/96 do Deputado Geraldo Cartário. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Walmor Trentini; 16) Projeto de Lei n° 280/95 do Deputado Jocelito Canto. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Luiz Claudio Romanelli e César Seleme; 17) Projeto de Lei n° 216/96 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 219/96 do Deputado

Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 181/96 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 110/96 do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 551/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 22) Projeto de Lei n° 222/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Emerson Nerone - APROVADO, com voto contrário do Deputado Orlando Pessuti; 23) Projeto de Lei n° 175/96 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Emerson Nerone REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

13.<sup>a</sup> COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 14.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Valdir Rossoni, Luiz Claudio Romanelli, Emerson Trentini, Nelson Justus, José Maria Ferreira e mais os Deputados Algaci Túlio e Irineu Colombo. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 251/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 057/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 248/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 054/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 03) Projeto de Lei n° 210/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 045/96. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 04) Projeto de Lei n° 250/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 056/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus; 05) Projeto de Lei n° 213/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 048/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 06) Projeto de Lei n° 230/96 do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan.

Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei n° 223/96 do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 197/96 do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 514/95 - Proposição Veto n° 044/96 do Poder Executivo - Ofício CTL/SEEG/N° 084/96. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 161/96 do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 189/96 do Deputado José Maria Ferreira. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Emerson Nerone; 12) Projeto de Lei n° 022/96 do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 184/96 do Deputado Péricles de Holleben Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 194/96 do Deputado Eduardo Trevisan. O Deputado Relator José Tavares requer a retirada do presente Projeto de Lei para que seja apensado ao Projeto de Lei n° 163/96 que trata da mesma matéria - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei n° 179/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 67/96 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Antonio Belinati acata o voto em separado do Deputado José Maria Ferreira que sugere arquivamento uma vez que já existe Lei regulamentando a presente matéria - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 537/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 111/96 do Deputado Angelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 166/96 do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 186/96 do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 26/96 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Emerson Nerone, REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 22) Projeto de Lei n° 220/96 do Deputado Luiz Accorsi. O Deputado Relator Emerson Nerone, REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 23) Projeto de Lei n° 159/96 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 145/96 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 25) Projeto de Lei n° 524/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 26) Projeto de Lei n° 196/96 do Deputado Geraldo



Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 553/95 do Deputado Cesar Selame. O Deputado Relator Antonio Annibelli requer aguardo nessa Comissão por não possuir 01(um) ano de personalidade jurídica - DEFERIDO; 28) Projeto de Lei n° 193/96 do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 29) Projeto de Lei n° 295/96 - Proposição Veto n° 046/96 do Poder Executivo - Ofício CTL/SEEG/N° 091/96 que veta o Projeto de Lei n° 295/95, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 30) Projeto de Lei n° 186/95 - Proposição Veto n° 045/96 do Poder Executivo - Ofício CTL/SEEG/N° 090/96 que veta o Projeto de Lei n° 186/95, de autoria dos Deputados Nereu Moura e Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 31) Projeto de Lei n° 216/95 - Proposição Veto n° 043/96 do Poder Executivo - Ofício CTL/SEEG/N° 092/96 que veta o Projeto de Lei n° 216/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 32) Projeto de Lei n° 242/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 33) Projeto de Lei n° 202/96 do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 34) Projeto de Lei n° 226/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 35) Projeto de Lei n° 218/96 dos Deputados Nelson Tureck e Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 36) Projeto de Lei n° 103/96 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - REJEITADO; 37) Projeto de Lei n° 280/95 do Deputado Joselito Canto. Parecer FAVORÁVEL à emenda do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 38) Projeto de Lei n° 509/95 do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 39) Projeto de Lei n° 163/96 do Deputado Sâmis da Silva. O Senhor Presidente requer a retirada do presente Projeto de Lei por ser objeto de requerimento. (item n° 14); 40) Projeto de Lei n° 516/95 do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Selame - APROVADO; 41) Projeto de Lei n° 130/96 do Deputado Sâmis da Silva. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Nelson Justus; 42) Projeto de lei n° 137/96 do Deputado Algaçi Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Selame. 43) Projeto de Lei n° 183/96 do Deputado Péricles Holleben Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Selame - APROVADO; 44) Projeto de Lei n° 57/95 do Deputado Péricles de Holleben Mello e outros. Parecer FAVORÁVEL à emenda do Depu-

tado Carlos Simões - APROVADO; 45) Projeto de Lei n° 214/96 do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 46) Projeto de Lei n° 199/96 do Deputado Antonio Belinati. O Deputado Antonio Annibelli solicita que se faça uma verificação, uma vez que já existe Lei regulamentando a matéria - DEFERIDO; 47) Projeto de Lei n° 155/96 do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 48) Projeto de Lei n° 484/95 do Deputado Algaçi Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 49) Projeto de Lei n° 209/96 do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL com emenda do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 50) Projeto de Lei n° 338/95 do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL à emenda do Deputado Orlando Pessuti. O Deputado Relator Walmor Trentini, REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 52) Projeto de Lei n° 561/95 do Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL com emendas, do Deputado Walmor Trentini - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, José Maria Ferreira, Luiz Claudio Romanelli, Emerson Nerone, Walmor Trentini, Antonio Annibelli, Cesar Selame e os Deputados Eduardo Trevisan, Sâmis da Silva, Valdir Rossoni e Irineu Colombo. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a Ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 238/96 do Poder Executivo - Mensagem n° 053/96. Parecer FAVORÁVEL na forma das emendas anexas, do Deputado Nelson Justus. O Deputado Relator esclarece que apresentou essas emendas por ser sugestão de alguns Deputados e de interesse geral. O Deputado Orlando Pessuti indaga ao Deputado José Maria Ferreira sobre a emenda n° 04, onde tem a expressão "admitir-se-á". O

Deputado José Maria Ferreira diz que a expressão permite admitir ou não, e que o objetivo do Poder Executivo não é esse. Acredita que devem mudar a expressão para "assegurar-se-á". O Deputado Relator faz a mudança. O Deputado Luiz Claudio Romanelli diz que o Secretário do Desenvolvimento Urbano se incompatibilizou com o Quadro Técnico da FAMEPAR. Diz que consultou vários juristas e a criação do PARANACIDADE é um ato questionável, inconstitucional nos termos em que está proposta. O Deputado Geraldo Cartário diz que graças a Secretaria de Desenvolvimento Urbano começou a ter um desenvolvimento integrado no Paraná, porque a pessoa do Senhor Secretário é um Técnico. Diz não se assustar com o tamanho do orçamento da PARANACIDADE, pois terá um planejamento autorizado. O Deputado Luiz Claudio Romanelli esclarece que não está fazendo referência a questão política, nem eleitoral, mas a entidade jurídica. O Deputado Nelson Justus diz saber das dificuldades da FAMEPAR, concorda com algumas colocações do Deputado Luiz Claudio Romanelli e diz que a criação do PARANACIDADE não foi elaborada da noite para o dia, já fazia parte do Programa de Governo. Foi amplamente discutido para que se encontrasse um mecanismo que permitisse a viabilidade desses projetos, empréstimos, programas apresentados pelo Poder Executivo. O Deputado Relator faz questão de ler aos Senhores Deputados o artigo 23 do presente projeto de lei. O Deputado Luiz Claudio Romanelli menciona o artigo 10 da Constituição Federal e esclarece que a PARANACIDADE é uma Entidade Jurídica de Direito Privado. O Deputado Emerson Nerone diz que deveria ter havido um debate nessa Assembléia Legislativa, e apresenta um voto separado na forma de dezoito emendas. O Deputado Nelson Justus indaga se apresentará essas emendas em Plenário ou na Comissão. O Deputado Emerson Nerone responde que apresenta um voto em separado na C.C.J.. O Deputado Antonio Annibelli pede a palavra para solicitar que não se vote a matéria sem fazer reuniões a respeito, sem conservar, sem fazer um estudo, chamando as autoridades competentes para explicar. O Deputado Emerson Nerone continua a ler seu parecer. O Deputado Nelson Justus sugere que as emendas sejam apresentadas em Plenário, fazendo com que o projeto retorne a essa Comissão para analisá-las. Diz ser a melhor alternativa. O Deputado Basílio Zanusso sugere que se vote as emendas aqui nessa Comissão. O Deputado José Tavares sugere que o projeto de lei vá a Plenário e retorne, pois só assim terão tempo para conhecer o teor das emendas e votá-las com segurança. O Deputado José Maria Ferreira diz que a exclamação do Deputado Luiz Claudio Romanelli hoje foi uma das

mais serenas que já viu, desapaixorada. Não se está analisando aqui a criação do PARANACIDADE, mas a maneira como está sendo criada. O Deputado Emerson Nerone decide então, apresentar suas emendas em Plenário. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Deputado Nelson Justus, FAVORÁVEL com emendas - APROVADO com voto contrário dos Deputados Antonio Annibelli, Emerson Nerone e Luiz Claudio Romanelli. Em função do horário, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião, do qual para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de um mil novecentos e noventa e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Emerson Nerone, Luiz Claudio Romanelli, José Tavares, José Maria Ferreira, Irondi Pugliesi, Nelson Justus, Walmor Trentini, Caíto Quintana, Antonio Belinati, Geraldo Cartário, Carlos Simões, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso e mais os Deputados Algaci Túlio, Cezar Silvestri e Albanor Gomes. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando as atas das reuniões anteriores após colocá-las em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 277/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 199/96 do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 236/96 do Poder Executivo. Parecer CONTRÁRIO à Emenda de Plenário, do Deputado Walmor Trentini - REJEITADA, sendo designado novo Relator; 04) Projeto de Lei nº 192/96 do Deputado César Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 190/96 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 174/96 dos Deputados Irineu Colombo e Eduardo Trevisan. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Luiz C. Romanelli, Emerson Nerone e Geraldo Cartário; 07) Projeto de Lei nº

471/95 do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Projeto de Lei n° 198/96 do Tribunal de Contas do Estado. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 09) Projeto de Lei n° 205/96 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 215/96 do Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 121/96 do Deputado Cesar Seleme. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Caíto Quintana e Emerson Nerone; 12) Projeto de Lei n° 229/96 do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Irondi Pugliesi - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 185/96 do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 176/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 15) Projeto de Lei n° 265/96 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado José Tavares - APROVADO; 16) Projeto de Lei n° 189/96 do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 552/95 do Deputado Sérgio Spada. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 276/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 19) Projeto de Lei n° 275/96 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz C. Romanelli - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 274/96 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 257/96 do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Luiz C. Romanelli, Emerson Nerone e Carlos Simões. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária